

Congresso tem pauta carregada

ESFORÇO CONCENTRADO INCLUI PACOTE TRIBUTÁRIO, AUMENTO DOS SALÁRIOS DO PRIMEIRO ESCALÃO, ELEVAÇÃO DO MÍNIMO E ANISTIA A LUCENA.

O governo vai enfrentar votações difíceis para os seus projetos, no "esforço concentrado" do Congresso, que começa amanhã e vai até quinta-feira. Depois dos desgastes provocados pela longa negociação com o Senado, que obstruiu a indicação de Pérsio Arida para o Banco Central, para pressionar pela anistia a Humberto Lucena (PMDB-PB), serão votados projetos polêmicos como o pacote tributário, os aumentos dos salários do presidente, dos parlamentares e do salário mínimo, e a lei de concessão de serviços públicos. O substitutivo ao projeto de anistia aos condenados pela lei eleitoral em 1994, no qual se inclui o caso de Lucena, também pode ser votado esta semana.

As lideranças parlamentares ainda não fecharam um acordo sobre as propostas, que dependem das negociações dos partidos em relação às campanhas para as presidências da Câmara e do Senado. Na semana passada, até o presidente Fernando Henrique se envolveu nas negociações para fortalecer a candidatura de Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) para a presidência da Câmara. Está marcado para amanhã um encontro entre as cúpulas do PMDB e do PFL, que pode selar um acordo. A proposta do PFL é de dar a vice-presidência ou a primeira-secretaria ao PMDB e apoiar a indicação de um peemedebista para a sucessão de Luís Eduardo.

Projetos a serem votados	
Congresso	(Medidas Provisórias)
Pacote fiscal e tributário	
Organização da Presidência da República	
Tributação das remessas postais	
Reestruturação da Receita Federal	
Câmara	
Aumentos salariais nos três Poderes	
Pensão de ex-presidentes	
Aumento do salário mínimo	
Anistia contra crimes eleitorais	
Senado	
Concessão de serviços públicos	
Fixação de teto para o funcionalismo	
Concessões de rádio e TV	
Novos embaixadores	

O projeto que aumenta a remuneração do primeiro escalão do Executivo, Legislativo e Judiciário já está definido. O salário do presidente da República subirá de R\$ 3.400 para R\$ 9 mil. Os deputados e ministros de tribunais ficariam com vencimentos de R\$ 8 mil. O projeto está na pauta de terça-feira, mas a esquerda deve obstruir a sessão até que seja votado o novo mínimo de R\$ 100, que o governo não aceita.

No Senado, a pauta tem 24 projetos de concessão de emissoras de rádio e TV e o que regulamenta a concessão de serviços públicos. O Senado, contudo, condiciona esta votação à colocação em pauta, pela Câmara, do substitutivo do deputado Prisco Viana (PPR-BA) ao projeto de anistia aos parlamentares. Prisco restringe a anistia aos que usaram a gráfica do Senado para fins eleitorais, para facilitar a aprovação do perdão a Lucena.

Na pauta das sessões conjuntas do Congresso está, ainda, a votação de 64 Medidas Provisórias, entre elas o pacote tributário que precisa ser aprovado já, para que o aumento do imposto de renda das empresas entre em vigor este ano. Os aliados do governo estão cautelosos quanto ao sucesso das votações previstas para esta semana. "Janeiro é um mês de transição, no qual não se esperam grandes decisões", disse Elcio Alvares (PFL-ES), que está cotado para a liderança do governo no Senado.